



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/04/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 09

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereadores:		



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 11/04/2016

ATA Nº 09

----- Aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Presidente da Câmara, por se encontrar em representação do Município, no Tribunal Administrativo de Coimbra. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de março de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

Comemorações do Feriado Municipal

----- O Senhor Vice-Presidente congratulou-se com as comemorações do Feriado Municipal, referindo que decorreram muito bem, tendo constituído uma excelente jornada que dignificou a Pampilhosa da Serra. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de março de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.371.906,82 € (Um milhão, trezentos e setenta e um mil novecentos e seis euros e oitenta e dois cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 274.093,64 € (duzentos e setenta e quatro mil noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos), num total de 1.655.595,29 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e nove cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - SECRETARIA

3.1.1 - Acústica Médica - Rastreio auditivo gratuito

- Pedido de autorização e isenção de taxas para ocupação da via pública

----- Foi presente um e-mail da Acústica Médica (Hidden Hearing, Portugal) a comunicar que pretendem realizar uma ação de rastreio em Unhais-o-Velho no próximo dia 29 de abril, pelo que, solicitam autorização para ocupação da via pública, bem como a isenção de taxas, por se tratar de uma ação de saúde e gratuita. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria sobre o pedido supra, na qual refere que de acordo com o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, não poderá a Acústica Médica ser isenta de taxas de ocupação da via pública com uma unidade móvel. Contudo, a firma propõe-se prestar cuidados básicos de saúde (teste de audição) gratuitamente na área do concelho e uma vez que a população do concelho é envelhecida e estes casos são de maior presença nestes escalões etários, entendem os serviços haver interesse público municipal e poderá o licenciamento ser isento de acordo com a alínea a) do nº 3 do artº 8º do regulamento acima citado. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.2 - Fábrica da Igreja de Pampilhosa da Serra - Festejos Tradicionais em Honra de Santo António 2016

----- Foi presente um ofício da Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção das taxas devidas pelo Licenciamento de Ruído, respeitante à realização dos tradicionais festejos em honra de Santo António, tendo os mesmos lugar nos dias 17, 18 e 19 junto à Capela do referido Santo. -----

----- Relativamente ao pedido supra, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra e aludindo ao teor dos artigos 8º - Isenções Gerais e 9º - Procedimento e Reconhecimento de isenções, pelo que, entendem aqueles serviços que poderá ser dada a isenção das taxas, deixando à consideração superior o procedimento a adotar. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2- GABINETE JURÍDICO

3.1.1 - Protocolo de Cooperação, de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios e de Arrendamento de Prédios Rústicos Propriedade das Freguesias, celebrado a 7 de abril de 2007 - PEA - Parque Eólico da Serra, S.A.

----- Foi presente uma informação do Senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, do seguinte teor: -----

----- "Exmº Senhor Presidente: -----

----- Na sequência do despacho de V.Exª sobre a comunicação datada de 16 de março endereçada pela PEA-Parque Eólico da Serra, S.A., sobre o assunto em epígrafe, remetido aos Serviços Jurídicos, cumpre-me esclarecer o seguinte: -----

----- 1. A empresa PEA, pelo que é referido na sua comunicação no âmbito do contrato de garantias celebrado em 2 de dezembro de 2008 entre a dita empresa, enquanto mutuária e diversas instituições de crédito, enquanto financiadoras, prestou garantias a favor desses Bancos que se traduziam em: -----

----- a) Penhor sobre todos os direitos de crédito de que a Sociedade fosse titular sobre o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Município de Pampilhosa da Serra, emergentes do contrato de cessão de exploração, na data do financiamento.-----

----- b) Cessão de créditos com escopo de garantia de todos os direitos futuros emergentes do Contrato para a Sociedade ainda não constituídos na data de celebração do contrato de financiamento. -----

----- 2. As garantias constituídas pelo facto da PEA ter procedido ao reembolso das quantias resultantes do contrato de financiamento, ficando assim libertadas as garantias descritas. -----

----- 3. A PEA, notifica através deste ofício o Município da libertação dessas garantias e da cessação dos contratos de financiamento a que as mesmas estavam ligadas, dando cumprimento ao disposto no artigo 681º nº 2 do C. Civil. -----

----- 4. Informa a PEA, Lda, que faz um novo financiamento com outras instituições de crédito (BPI, ING Bank NV e ING Bank NV, Sucursal em Portugal o Banco Santander TOTTA, constituindo a favor dessas Instituições, as mesmas garantias que haviam sido dadas no primeiro financiamento, ou seja aquelas que se indicam nas alíneas a) e b) do nº 1. -----

----- Mais informa a empresa que o BPI é o agente das garantias que só podem ser acionadas no âmbito das obrigações assumidas nos termos do contrato. -----

----- 6. Tratando-se de garantias dadas pela empresa a favor de instituições bancárias, de direitos de crédito de que a Sociedade possa ser titular sobre o Município emergentes do contrato celebrado entre ambos em 7 de abril de 2008 e não 2007, como por lapso consta do contrato, lapso esse que já foi corrigido, e de cessão de créditos com escopo de garantia de todos os direitos futuros emergentes do contrato para a sociedade, é óbvio, que este contrato de garantia apenas obriga a PEA – Parque Eólico da Serra, S.A. e as entidades financiadoras. -----

----- O Município apenas está obrigado a cumprir para com o Agente das garantias as mesmíssimas obrigações que tinha para com a empresa e que assumiu através do Protocolo de Cooperação e Cessão de Exploração de Terrenos Baldios e de Arrendamento de prédios rústicos propriedade das freguesias, celebrado a 7 de Abril de 2008. -----

----- Em resumo: -----

----- Esta alteração de contrato de financiamento em nada altera a situação já existente das garantias prestadas a favor dos Bancos e que eram do conhecimento do Município. -----

----- Esta comunicação serve apenas para dar conta da alteração dos agentes financeiros e da manutenção dessas garantias. (...)-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística e de Marketing Territorial e Gestão Ativa da Floresta, no Concelho de Pampilhosa da Serra.

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalhos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

o assunto supra, para melhor instrução do processo. -----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - OBRAS PARTICULARES

4.1.1 - Licenciamento de Instalação e Funcionamento de Recinto de Festas em Pampilhosa da Serra - Pedido de isenção de taxas

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- *"A Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, contribuinte nº 501 896 678, representada pelo pároco Orlando José Guerra Henriques, com sede na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, apresentou nos serviços do Município, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, por força da alínea c) do artº 8º do mesmo Regulamento, pedido para isenção de taxas, para o processo de licenciamento da Instalação e Funcionamento de Recinto de Festas em Honra de Santo António, a realizar nos dias 17, 18 e 19 de junho do corrente ano, no local sito junto à capela do referido santo, no Bairro de Santo António, em Pampilhosa da Serra. -----*

----- *Ora de acordo com o que dispõe a alínea c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos se destinam à realização dos seus fins estatutários, podem beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----*

----- *Pelo exposto, considera-se que a mencionada instituição, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pampilhosa da Serra, se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do Regulamento acima referido. -----*

----- *Mais se entende referir que o pedido de reconhecimento de isenção se encontra formalizado, de acordo com o nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de taxas Municipais de Pampilhosa da Serra em vigor. -----*

----- *Levo a presente situação à consideração de V.Exª." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar totalmente do pagamento das taxas municipais. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

5.1 - CULTURA

5.1.1 - Proposta de Normas de Participação e Funcionamento da XIX Feira de Artesanato e Gastronomia – 2016

----- Foi presente uma Informação da Divisão Sócio cultural e Educativa, a remeter uma proposta das “Normas de Participação e Funcionamento” da XIX Feira de Artesanato e Gastronomia, para a edição de 2016. -----

----- A Câmara Municipal, após análise das referidas Normas, cujo documento fica anexo à presente ata, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 - DESPORTO

5.2.1 - Comissão de Melhoramentos da Póvoa - Pedido de Cedência do Pavilhão Municipal para aulas de Kizomba.

----- Foi presente uma informação da Divisão Sócio cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “Venho por este meio informar V.Exª que a Comissão de Melhoramentos da Póvoa solicitou por escrito a colaboração do Município na dinamização de uma aula mensal de Kizomba, no Pavilhão Municipal, todas as últimas segundas-feiras de cada mês, com início a partir do mês de março, no horário 21h30-23h30. -----

----- Mais se informa que aquela Comissão de Melhoramentos propõe que a abertura e encerramento das instalações seja feita pela funcionária do Pavilhão, Paula Barata, sem custos adicionais, uma vez que esta se disponibilizou para o efeito tendo em conta que frequentará as referidas aulas. -----

----- Assim, não havendo custos associados com o pessoal, coloca-se à consideração superior o deferimento do pedido.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




